

Defensoria Pública de Minas tem ampla atuação e monitora de perto efeitos da pandemia em Ribeirão das Neves

Unidade da Instituição na comarca tem investido em novos caminhos em busca de celeridade e efetividade no atendimento aos cidadãos. Município concentra presídios e alto índice de vulnerabilidade social

Defensoras e defensores públicos que atuam em Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, têm somado esforços e se desdobrado para garantir o atendimento e a defesa dos direitos da população vulnerável da comarca, especialmente neste período da pandemia do novo coronavírus.

Especificidades do município, que abriga o maior complexo penitenciário de Minas Gerais, como baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e alto adensamento populacional, tornam ainda mais essencial o trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública mineira na comarca.

Uma das atuações expressivas que a Instituição tem exercido durante a pandemia é o monitoramento das unidades dos sistemas prisional e socioeducativo, para que as medidas sanitárias sejam devidamente aplicadas.

Um grupo de trabalho formado por defensoras e defensores públicos discute diariamente e acompanha a situação dos presídios e, também, das unidades de saúde de Ribeirão das Neves.

[Saiba mais sobre a atuação em diferentes áreas de atuação da Defensoria de Minas em Ribeirão das Neves](#)



DPMG emite recomendação para assegurar o direito à comunicação das custodiadas da Piep

[PÁGINA 2](#)

Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e de Assunção de Competência foi o tema da palestra virtual realizada pela Esdep

A apresentação foi do defensor público do Rio de Janeiro, José Roberto Mello Porto.

[PÁGINA 4](#)

AINDA NESTA EDIÇÃO

> Ações em destaque [PÁGINA 2](#)

> Na mídia [PÁGINA 2](#)

> Escola Superior [PÁGINAS 3 e 4](#)

> Procedimentos internos [PÁGINA 5](#)

Funcionamento da DPMG até 11/9/2020

Regime extraordinário de teletrabalho foi estendido até o dia 11 de setembro, mantendo o atendimento para todas as matérias ordinariamente a cargo de cada Defensoria Pública. A Resolução Conjunta nº DPG/CG DPMG n. 011/2020 também estipula condições para retomada do trabalho presencial dos servidores e funcionários terceirizados.

[Saiba mais](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria de Execuções Penais emite recomendação para assegurar o direito à comunicação das custodiadas da Piep

A Defensoria de Execuções Penais da DPMG na Capital emitiu recomendação administrativa à direção do Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (Piep), com o objetivo de assegurar às apenadas da unidade o direito ao contato com o mundo exterior e à comunicação com a família, parentes, amigos ou instituições idôneas.

Devido à pandemia do novo coronavírus, as visitas presenciais nas unidades prisionais de Minas Gerais foram suspensas e estão acontecendo de forma virtual em várias unidades.

Desde o início do mês março a Piep não dispõe mais de telefones públicos para utilização das apenadas, por isso não há mais cronogramas de ligações telefônicas periódicas como havia anteriormente. Segundo a Piep, por questões logísticas, os contatos telefônicos para as privadas de liberdade estão sendo realizados de forma pontual, após verificação da urgência da demanda e/ou da impossibilidade de manutenção de contato através dos outros meios de comunicação ofertados pela unidade.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Defensoria Pública de Minas Gerais acompanha situação do fornecimento de água em assentamento na Região do Isidoro

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), juntamente com

a Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, acompanhou vistoria da Copasa nos assentamentos informais da Região do Isidoro, localizada em Belo Horizonte, na divisa com o município de Santa Luzia.

Averiguar como estão as soluções, ainda que paliativas, de fornecimento de água no local foi o objetivo da vistoria. Os funcionários da Copasa, que estavam em campo, sugeriram e fizeram algumas intervenções provisórias.

A defensora pública Cleide Nepomuceno acompanhou a vistoria e destaca que a solução definitiva parte de um projeto para o abastecimento regular do assentamento, com soluções também para o saneamento básico, o que, segundo a Copasa, está sendo feito, mas ainda depende de recursos.



NA MÍDIA

PORTAL AGÊNCIA BRASIL

Defensoria apontou riscos para moradores em desocupação de área no Sul de Minas

[Acesse aqui](#)

PORTAL JORNAL DA CIDADE BH

Defensoria de Minas prioriza soluções extrajudiciais para garantir o direito à saúde dos assistidos

[Veja aqui](#)

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensora pública participa de debate sobre direitos dos povos ciganos

A defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, que atua na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), participou do evento virtual “Encontro dos Povos Ciganos: Resistências e Direitos de um Povo Milenar”, na quinta-feira (20/8).

Promovido pela Associação Estadual Cultural de Direitos e Defesa dos Povos Ciganos de Minas Gerais, o encontro teve como objetivo promover a orientação e a discussão sobre os encaminhamentos do Plano Nacional de Políticas para os Povos Ciganos (PNP/Ciganos), Esta-

tuto do Cigano e Processo de Consulta preconizado na Organização Internacional do Trabalho (OIT) 169 da ONU e protocolos comunitários.

Esta mobilização contribuirá na organização da articulação institucional e social do povo cigano para a implementação da Política de Promoção da Igualdade Racial e promoção dos direitos dos povos ciganos.

O debate contou a participação de lideranças das principais etnias, instituições governamentais e entidades representativas dos direitos sociais e civis do Brasil.

[Leia a matéria na íntegra](#)

PUBLICAÇÕES

Portal Conjur publica artigo de defensora pública sobre atuação da Defensoria de Minas em Brumadinho

O portal Consultor Jurídico (Conjur) publicou, no dia 18 de agosto, o artigo “Defensoria e solução extrajudicial de conflitos após a tragédia de Brumadinho”, de autoria da defensora pública Renata Martins de Souza, tendo como parâmetro a atuação extrajudicial da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) na resolução de conflitos decorrentes do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho.

Coordenadora da DPMG em João Monlevade, Renata de Souza destaca os resultados bem-sucedidos dos acordos extrajudiciais firmados para pagamento de indenizações aos atingidos, a posição constitucional da Defensoria Pública como forma de demonstrar a sua capacidade de promover a solução extrajudicial de conflitos e convida à reflexão acerca do alcance fundamental de acesso à Justiça.

[Clique aqui para ler o artigo](#)



ESCOLA SUPERIOR

Live debate ‘Desafios da Maternidade – Profissão e Pandemia’

Durante a live da Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais (Esdep MG) dessa semana, a defensora pública Marina Buck Carvalho Sampaio (*foto da esquerda*) e a psicóloga clínica Renata Borja falaram sobre “Desafios da Maternidade – Profissão e Pandemia”.

- A série de lives organizada pela Defensoria Pública mineira debate, entre outros, temas relacionados aos direitos humanos, acesso à justiça e cidadania, e conta com a presença de defensores públicos e convidados.

A transmissão acontece às quintas-feiras, pelo Instagram [@defensoriamineira](#), onde o link fica disponível.



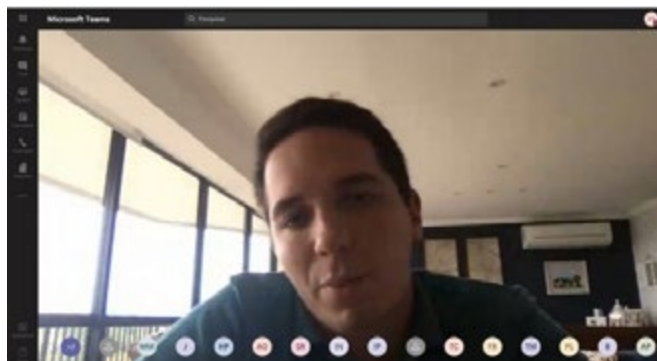
ESCOLA SUPERIOR

Escola Superior realiza palestra virtual com o tema Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e de Assunção de Competência

A Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais (Esdep-MG) realizou, no dia 20 de agosto, a palestra “Aspectos práticos do Incidente de Assunção de Competência (IAC) e Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR). Polêmicas do Agravo do art. 1030 do Código de Processo Civil”. A apresentação foi do defensor público do Rio de Janeiro, José Roberto Mello Porto.

Após um resgate histórico do precedente na jurisprudência, José Roberto Mello Porto explicou cada um dos recursos e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal sobre as matérias. “Apesar de bastante parecidos, os recursos possuem peculiaridades individuais, mas ambos com vistas ao mesmo objetivo de fixação da tese.

José Roberto destacou a legitimidade da Defensoria Pública para apresentar pressupostos para a instauração



do IRDR. “É importante que a Defensoria Pública seja protagonista na apresentação e monitoramento destes recursos, pois as consequências de se fixar um precedente negativo é muito ruim para o nosso trabalho”.

[Leia matéria na íntegra](#)

Série ‘Diálogos com as Desits’ debate paradigmas jurisprudenciais em saúde suplementar

O quinto encontro virtual da série “Diálogo com a Desits”, promovido pela Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep-MG), teve como tema “Paradigmas juris-



prudenciais em saúde suplementar”. A reunião aconteceu na sexta-feira (21/8). O tema foi apresentado pelo defensor público Felipe Soledade, em atuação na Defensoria Especializada de Segunda Instância e Tribunais Superiores – Cível (Desits-Cível).

De acordo com Felipe Soledade, a saúde suplementar representa um dos maiores volumes de demandas na segunda instância e, também, um dos temas de maior êxito nos tribunais superiores.

>> A próxima edição do evento será na sexta-feira (28/8), às 14 horas, e vai debater “Habeas Corpus – Observações necessárias a ampliar as possibilidades de concessão”.

[Veja outras informações no site da Esdep](#)

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Produção e diagramação: Ascom/DPMG



@defensoriamineira



c/defensoriamineira



@defensoriamg



www.defensoria.mg.def.br